

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DO PPGE

SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES: ANALYSIS OF PPGE PUBLICATIONS

Vanuza Pereira dos Anjos¹⁵

Marta Alves da Cruz Souza¹⁶

RESUMO: O objetivo do estudo consiste em compreender a política do Atendimento Educacional Especializado pela via dos estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES, no período de 2008 a 2015, utilizando-se a metodologia da pesquisa bibliográfica. Tal política tem ganhado força no cenário nacional a partir de 2008 e os municípios têm oferecido esse serviço como forma de apoiar o processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos público-alvo da educação especial. A partir da análise de conteúdo articulados com o referencial teórico de Vigotski, o estudo oportunizou conhecer e compreender o Atendimento Educacional Especializado pela via das pesquisas auxiliando a refletir sobre a organização, os modos de atender e o referencial teórico. As pesquisas também mostram a importância da formação dos professores, principalmente a formação continuada. Conclui que o Atendimento Educacional Especializado contribui para a resignificação do sentido da escola para os sujeitos público-alvo da educação especial, acolhendo as diferenças e respeitando a diversidade, promovendo espaços inclusivos, onde todos tenham acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Inclusão.

ABSTRACT: The objective of the study is to understand the policy of the Specialized Educational Service by means of the studies developed in the Postgraduate Program in Education of UFES, from 2008 to 2015, using the methodology of bibliographic research. This policy has gained strength on the national stage from 2008 and municipalities have offered this service as a way to support the teaching-learning process of the target group for special education. Articulating content analysis and the theoretical framework of Vygotsky this study provides an opportunity to know and understand the Specialized Educational Service in the researches and also helps to reflect on the organization, the ways of this service and the theoretical framework. The researches also show the

¹⁵ Professora de ações colaborativas da rede municipal de Cariacica. Aluna do curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Inclusão. Email: vanuzaanjos@gmail.com

¹⁶ Professora Doutora do curso de Especialização Lato sensu em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Inclusão, promovido pela Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com o Ministério da Educação, docente da rede municipal de Guarapari e pedagoga da rede estadual do Espírito Santo. Integrante do Grupo de Pesquisa, Infância, Cultura e Subjetividade (Grupicis/Ufes), vinculado ao CNPq. Email: martalvesouza@yahoo.com.br

importance of teacher training, especially of continuing education. It concludes that the Specialized Educational Service helps to reframe the school direction of the target group for special education, accepting differences and respecting diversity, promoting inclusive spaces where everyone has access to knowledge.

Keywords: Educational Service Specialist. Inclusion.

Introdução

A atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PNEE-EI) vem trazendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço da educação especial que complementa ou suplementa a formação dos alunos público-alvo da educação especial. Ele tem como função “[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p.15). Coloca, ainda, que essas atividades devem ser diferenciadas daquelas realizadas na sala de aula comum.

Nesse contexto, o AEE vem sendo instituído pelos estados e municípios, principalmente pela via das salas de recursos multifuncionais (SRM), com a intenção de contribuir nos processos de inclusão de alunos público-alvo da educação especial no contexto da escola regular. Conforme a PNEE-EI, os alunos público-alvo são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Um dos papéis do Atendimento Educacional Especializado é promover a plena participação do sujeito no seu processo de ensino e aprendizagem, garantindo o acesso ao currículo de acordo com suas especificidades. Para isso, cabe aos sistemas de ensino matricular os sujeitos público-alvo da educação especial na sala regular e no Atendimento Educacional Especializado oferecido em salas de recursos multifuncionais (BRASIL, 2011).

Contudo, para além da matrícula do aluno público-alvo da educação especial, é preciso pensar na aprendizagem. A inclusão da criança com deficiência na escola tem enfrentado alguns desafios que incidem sobre a forma de organização da educação especial no sistema de ensino, as concepções dos profissionais, as práticas educativas e o AEE.

Embora o Ministério da Educação tenha apresentado orientações operacionais para a implementação do AEE, dentro do cenário brasileiro, ele foi se constituindo de formas diferenciadas. Essa constatação foi percebida na pesquisa inicial do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), que contou com a participação de 76

pesquisadores de 21 universidades brasileiras, e de 596 professores de salas de recursos multifuncionais de 37 municípios das cinco regiões do Brasil (MENDES; CIA; TANNÚS-VALADÃO, 2015).

O estudo apontou que, na maioria dos municípios pesquisados, nas cinco regiões do país, há um comprometimento com a PNEE-EI, sendo que alguns municípios ainda precisam avançar principalmente na percepção dos alunos público-alvo da educação especial como sujeitos de direitos, retomando as reflexões sobre os estigmas da deficiência que estão enraizados na escola e na sociedade em geral. É preciso avançarmos sobre essa condição de deficiência e termos um olhar mais prospectivo. Souza, Salles e Conde (2015, p. 157) discorrem que

A deficiência é vista como um obstáculo para a sua aprendizagem, o que impossibilita um olhar atento e sensível para as suas possibilidades. Assim, entender a criança público-alvo da educação especial como um sujeito que participa da sua cultura e apresenta vivências e experiências próprias é responsabilidade da escola.

O estudo de Mendes, Cia e Tannús-Valadão (2015) também aponta que alguns municípios relatam sobre a falta de infraestrutura física, materiais pedagógicos escassos e a dificuldade de manter o AEE no contraturno devido à falta de transporte para os alunos. Outros lançaram mão de escolas-polo, que, entretanto, não são recomendadas pela Política Nacional, com o intuito de melhor atender aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Em meio a essas dificuldades e desafios sobre a constituição do AEE no cenário nacional, é importante entendê-lo como um serviço complementar e suplementar ao processo de escolarização dos alunos público-alvo da educação especial.

Drago (2013, p. 79) afirma que “[...] pensar a escola hoje não é mais pensar somente a transmissão de um conteúdo frio e sem vida [...]”. É necessário problematizar o currículo concebido como listagem de conteúdo, desvinculado da realidade dos alunos, e ampliar o debate sobre a reestruturação curricular, o papel do planejamento e da avaliação continuada, ressignificando o fazer pedagógico numa perspectiva que atenda a todos.

Conhecer o aluno, suas especificidades e suas potencialidades, assim como promover práticas pedagógicas levando em consideração o seu nível de desenvolvimento é fundamental para a implementação de uma prática educativa inclusiva. Nesse contexto, a prática avaliativa é pensada como um dispositivo para modificar estratégias que não trazem repercussões significativas no aprendizado dos alunos.

É necessário que a ação de avaliar possa servir para perceber o movimento e apontar caminhos na prática pedagógica e abandone práticas obsoletas que primam apenas em classificar, rotular e estigmatizar. Ela deve pautar-se não apenas nas dificuldades, nas limitações funcionais ou naquilo que o aluno não aprendeu. Deve levantar e explorar as possibilidades de aprendizagem dos alunos, principalmente, no que diz respeito aos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades matriculados nas escolas regulares (AGUIAR; SOUZA, 2015, p. 128).

As autoras ressaltam que a avaliação deve dialogar com a prática pedagógica, deve ser dinâmica, apontando possibilidade de ação pedagógica.

Nesse contexto, entendemos que as ideias de Vigotski (2007, 2010) sobre o desenvolvimento humano apontam pistas relevantes acerca do papel da mediação na prática educativa junto com o aluno público-alvo da educação especial. A construção do conhecimento se dá na interação da criança público-alvo da educação especial com os outros e com o objeto de conhecimento, sendo esse processo mediado pela ação intencional e planejada do professor. Essa abordagem contribui para um desenho de um Atendimento Educacional Especializado que concebe o desenvolvimento e possibilidades educativas do aluno público-alvo da educação especial para além das limitações biológicas. Dessa forma, o professor do Atendimento Educacional Especializado assume papel importante no processo de ensino e aprendizagem.

Diante desse cenário, consideramos relevante voltar o olhar para os estudos produzidos sobre a temática na academia, de maneira a contribuir com a reflexão acerca dos desafios enfrentados pela escola na educação das crianças e jovens público-alvo da educação especial, especialmente no que diz respeito ao AEE.

Para isso, realizamos um estudo bibliográfico sobre as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES, de maneira a compreender de que maneira as investigações sobre o AEE, desenvolvidas no Espírito Santo, poderiam contribuir para o trabalho do AEE nos diferentes contextos capixabas. Selecionamos os seguintes objetivos específicos: mapear teses e dissertações desenvolvidas no PPGE cujo foco de análise é direta ou indiretamente o Atendimento Educacional Especializado; analisar as pesquisas realizadas no PPGE/ UFES que abordam o Atendimento Educacional Especializado para alunos público-alvo da educação especial, desenvolvido nas escolas regulares.

O desenvolvimento desta pesquisa passou pelas seguintes etapas: levantamento dos títulos de dissertações e teses que apontam saberes e fazeres inclusivos junto ao PPGE/UFES de 2008 a 2015, disponíveis no site do programa; leitura do resumo de todos os trabalhos selecionados para identificar aqueles que apontam o Atendimento

Educacional Especializado na perspectiva da educação inclusiva; leitura das pesquisas selecionadas na íntegra para a compreensão do discurso; análise do conteúdo das pesquisas selecionadas.

Nosso foco principal de busca incidiu sobre trabalhos que evidenciassem questões relativas a sujeitos da Educação Especial, abrangendo a linha de pesquisa “Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas”. Para analisar os dados utilizamos a análise de conteúdo, pois ela se constitui como uma importante ferramenta para a compreensão do discurso e seus significados, permitindo ao pesquisador compreender as representações que os atores sociais exteriorizam no discurso, em relação à sua realidade e à interpretação dos fatos a sua volta.

O Atendimento Educacional Especializado na produção de conhecimentos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes

O Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES) oferece aos professores um amplo acervo de conhecimentos produzidos ao longo de sua implementação, contribuindo para uma Educação de qualidade, promovendo avanços significativos no que se refere à teoria e à prática dos professores da Educação Básica.

Destacamos a importância das produções acadêmicas como um processo dinâmico de conhecimento, que contribui para mudanças na realidade, articulando teoria e prática. Sendo assim, o professor reflexivo encontra nos saberes científicos e nas teorias pedagógicas já constituídas um importante referencial para a sua prática. A articulação entre as pesquisas acadêmicas e o trabalho do professor na escola de educação básica favorece a reflexão da prática. Concordamos com Sánchez Gamboa (2012, p. 16, grifo do autor) quando afirma que “[...] num processo de reflexão sobre a prática e de aprofundamento qualitativo, pretende[-se] ampliar as linhas de *investigação sobre as investigações*”. Nesse sentido a aproximação entre a academia e a escola, a produção de conhecimento com os sujeitos que as vivenciam é fundamental.

A busca de produções da linha de pesquisa “Diversidade e Práticas Pedagógicas Inclusivas” do PPGE/UFES nos possibilitou refletir, construir e refutar conhecimentos sobre a área de educação especial, seus sujeitos e, com base no nosso objetivo, refletir sobre o AEE. O que o PPGE tem produzido sobre essa temática? Qual é o foco dessas pesquisas? Quais suas contribuições? Quais os desafios e os encaminhamentos já percorridos em relação ao AEE e o que podemos aprender com eles?

Na análise dos trabalhos desenvolvidos na área de Educação Especial no âmbito do PPGE/UFES, durante o período de 2008 a 2015, encontramos 93 trabalhos, sendo 70

dissertações e 23 teses. Pantaleão e Sobrinho (2013) realizando um levantamento dos trabalhos do PPGE, no período de 1992 a 2011, encontraram, num período de 16 anos, uma produção na área de educação especial de 60 trabalhos (51 dissertações e 09 teses) e em apenas 08 anos a produção teve uma ampliação significativa com 93 trabalhos.

Após realizar o levantamento dos trabalhos da área de educação especial e lermos os resumos, partimos para a análise da temática. Delimitamos algumas categorias, conforme as temáticas abordadas, e as destacamos no Quadro 1.

Quadro 1 - Temáticas pesquisadas nos trabalhos do PPGE, na área de educação especial, no ano de 2008 a 2015.

CATEGORIAS	TEMÁTICAS	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL
Sujeitos público-alvo	Cegueira/ def. visual	03	-	03
	Comunicação alternativa/ TA	02	01	03
	Síndrome	07	-	07
	Surdez	12	01	13
	TGD	05	01	06
Prática Pedagógica	Ação do pedagogo	03	-	03
	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	07	03	10
	Avaliação	01	02	03
	Práticas pedagógicas	11	02	13
	Currículo	-	01	01
Profissionais	Docentes	04	01	05
	Formação de professores	06	04	10
	Gestão	01	01	02
Relacionamento	Relação família e escola	01	-	01
	Inter-relações pessoais	01	01	02
Metodologia	Pesquisa bibliográfica	-	01	01
	Pesquisa-ação na inclusão escolar	-	01	01
Políticas Públicas	Políticas públicas	05	03	08
	Programa de tempo integral	01	-	01
Total		70	23	93

Fonte: Elaborado pelas Pesquisadoras

Percebemos que há uma forte tendência em pesquisar os sujeitos da educação especial seguidos por investigações que tangenciam as práticas pedagógicas. Dentro do grupo de práticas pedagógicas encontramos 10 trabalhos que pesquisaram sobre o AEE, sendo 07 dissertações e 03 teses. Como nosso foco de pesquisa é o AEE, selecionamos esses trabalhos de modo a problematizar sobre esse serviço, o lócus de atendimento e a abordagem utilizada para desenvolver um atendimento que favoreça a inclusão de alunos público-alvo da educação especial.

Ressaltamos que essas 10 pesquisas foram desenvolvidas no estado do Espírito Santo, sendo quatro na capital do estado, uma no município da Serra, duas em Cariacica

e três no norte do estado: Colatina, São Mateus e Nova Venécia. Algumas pesquisas surgiram da inquietação e reflexões com base no Observatório Nacional de Educação Especial (Oneesp), grupo ao qual os pesquisadores estavam articulados. Os sujeitos envolvidos nas pesquisas são crianças público-alvo da educação especial, professores especialistas, professores regentes, pedagogos e técnicos da Secretaria de Educação.

Com o objetivo de compreender a política nacional do Atendimento Educacional Especializado pela via de uma pesquisa bibliográfica, organizamos os dados coletados a partir dos 10 estudos em algumas categorias de análise: a concepção do AEE, a organização do AEE, os sujeitos que são atendidos, a articulação com a sala comum, os professores que atuam no AEE.

A concepção do AEE

Considerando os caminhos trilhados pelos municípios pesquisados, observamos que a Educação Especial segue as orientações nacionais (PNEE-EI) para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Apenas no trabalho de Pereira (2011) o AEE está organizado em uma instituição de caráter filantrópico, que atende somente pessoas com deficiência, observando-se posturas e práticas pedagógicas atreladas ao conceito médico-clínico evidenciando a deficiência.

O desenvolvimento do sujeito público-alvo da educação especial se constitui com base na qualidade das mediações que visam a atingir o nível de desenvolvimento potencial (VIGOTSKI, 2007; 2010). Nessa perspectiva, é preciso considerar: as condições oferecidas pelo grupo social ao qual pertence a criança com indicativo à educação especial; e a implementação do AEE de maneira a criar formas alternativas de desenvolvimento. Essas formas alternativas muitas vezes implicam o uso de estratégias e/ou recursos especiais para atingir os objetivos da aprendizagem.

Mesquita (2015) afirma:

[...] a educação é um meio de contribuição para a mudança social no que diz respeito ao contato com as pessoas, troca de experiências, ensinar e aprender. Sendo assim, caminhamos rumo a vencer a exclusão. Acreditamos que a educação inclusiva vem se configurando como alternativa educativa relevante nessa perspectiva. Ao observarmos as interações linguísticas que ocorriam no AEE, podemos afirmar que todos os conhecimentos sistematizados nas diferentes disciplinas podem ser apropriados pelas crianças, basta que o mediador faça as intervenções para que aconteça a aprendizagem (MESQUITA, 2015, p. 140).

O trabalho de Mesquita (2015) constata que o AEE é um espaço legítimo de aprendizagem dos conhecimentos culturais pela criança com deficiência, pois todos os sujeitos aprendem à medida que as mediações acontecem de forma sistemática e

planejada, tendo como foco o processo de ensino aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado contribui para a promoção da inclusão no espaço escolar à medida que cumpre o papel de suplementação e/ou complementação, potencializando a autonomia, eliminando barreiras para a plena participação do sujeito público-alvo da educação especial na escola ou fora dela.

Organização do AEE

Em relação à organização do Atendimento Educacional Especializado, a análise dos relatos de pesquisa indica que os atendimentos ocorrem na sala de recursos multifuncionais (SRM). Essas salas foram adquiridas com recursos do MEC/SEESP, que viabilizou a aquisição de equipamentos. Os municípios do estado do Espírito Santo pesquisados seguem as orientações quanto a funcionamento da sala, espaço físico, mobiliário e profissionais especializados, bem como procedimentos para a matrícula e quanto ao papel do professor especialista. Porém, percebemos, em alguns relatos, que os ambientes possuem espaços reduzidos e muitas vezes isolados da escola como um todo.

Os atendimentos ao público-alvo da Educação Especial são organizados em sua maioria individualmente, duas vezes por semana, uma hora por dia no contraturno, na sala de recursos da escola do aluno, em outras escolas próximas ou em instituição filantrópica. Também ocorrem atendimentos na sala regular por professores especialistas.

Observamos, nos trabalhos analisados, que a organização do AEE está em consonância com o que determina a PNEE-EI (BRASIL, 2008). Isso também é notado por outros pesquisadores tais como Santos (2013) e Victor et.al (2013) que apontam, tal qual os estudos investigados, que a implantação do AEE segue as orientações para o atendimento conforme a política nacional e a oferta para o AEE tem como lócus a SRM.

Os sujeitos

Os sujeitos participantes das pesquisas analisadas foram professores especialistas, professores regentes, estagiária, técnico da secretaria municipal, alunos público-alvo da educação inclusiva com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Pasolini (2008) realizou entrevistas com duas professoras de sala de recurso, a coordenadora da Coordenação da Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Colatina/ES e uma professora itinerante, com o objetivo de obter informações referentes à organização do atendimento destinado aos alunos com

deficiência.

A pesquisa de Cotonhoto (2014) foi desenvolvida com crianças de 3 a 7 anos, sendo seis crianças surdas, sete crianças com manifestações de TGD e uma criança com Síndrome de Down, matriculadas no Centro Municipal de Educação Infantil e encaminhadas para o AEE, na SEM. Também participaram da pesquisa dois professores de educação especial da SRM (uma professora da área da área de Deficiência Intelectual, uma professora bilíngue e um instrutor surdo); professores regentes do turno da manhã CMEI e dois pedagogos também se envolveram na pesquisa.

Notamos que os estudos mostram que os sujeitos envolvidos no AEE são alunos que compõem o público-alvo da educação especial, conforme a política nacional (BRASIL, 2008). Além disso, nos mostram que, tendo em vista que o AEE ocorre no contraturno, para que ele funcione garantindo a qualidade educacional, e não de forma isolada, deve ter relação com toda a equipe escolar.

Os procedimentos para matrícula no AEE

Os estudos analisados indicam que a matrícula no AEE inicia por um processo de avaliação para a identificação dos sujeitos público-alvo com deficiência. Percebemos que essas avaliações são em sua maioria elaboradas por profissionais da saúde por meio de laudo médico, o que pode sugerir uma ênfase no caráter biológico da deficiência. Também são citados procedimentos de anamnese, respondido por uma pessoa da família ao professor especialista de forma a complementar o processo de avaliação.

Observamos que esse processo avaliativo é frequente para os alunos com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD). Entretanto, o mesmo não acontece com os alunos com indícios de Altas Habilidades e Superdotação (AH/SD). Há uma dificuldade no processo de identificação desses sujeitos, o que é apontado nos estudos de Cruz (2014) e Pilon (2013).

Cruz (2014) nos instiga a pensar na invisibilidade dos indícios de AH/SD em relação aos alunos e alunas das escolas públicas. Diante do exposto ao longo do estudo, percebemos que há dificuldade no processo de identificação desse sujeito, fato esse evidenciado no município de Nova Venécia no levantamento do quantitativo de matrículas do público-alvo da Educação especial (PILON, 2013).

Notamos, a partir desses estudos, que o olhar da deficiência como falta é muito mais latente do que o olhar que percebe a potencialidade dos sujeitos. Baptista (2013) afirma que, entre os sujeitos público-alvo da educação especial, os alunos com deficiência e TGD aparecem numericamente maiores do que os alunos com altas habilidades. Acrescenta que também há um desafio pedagógico que exige do professor um foco de atenção muito mais específico. Esse contexto corrobora para a invisibilidade

dos sujeitos com altas habilidades.

Articulação com a sala regular: a perspectiva da complementação e suplementação

As pesquisas evidenciam a importância de um Atendimento Educacional Especializado não como uma substituição do trabalho desenvolvido no ensino comum, mas principalmente enquanto atendimento complementar e/ou suplementar que visa a eliminar as barreiras que impedem o sujeito público-alvo da Educação Especial de alcançar uma aprendizagem significativa.

Pilon (2013) e Borges (2014) apontam a necessidade de articular o Atendimento Educacional Especializado à sala regular, pois o sujeito atendido não pode ser compartimentalizado e deve ser entendido com sujeito histórico cultural.

Pasolini (2008) e Zuqui (2013), que procuraram observar a organização e o funcionamento das salas de recursos multifuncionais, apontam que a falta de um trabalho colaborativo na escola favorece para que o trabalho e a proposta da sala de recursos multifuncionais se configurem como um espaço distante e desarticulado da sala de aula comum. A autora observa indícios de um trabalho solitário sem articulação com a sala de aula regular, fato este que dificulta o trabalho do professor na suplementação didática (PASOLINI, 2008).

Pereira (2011), em pesquisa desenvolvida em um Centro de Atendimento Especializado de caráter filantrópico, aponta uma prática pedagógica marcada fortemente pelo caráter reabilitador e individualista em um espaço de segregação, onde há ênfase na dificuldade que a limitação pode causar, sem nenhuma articulação com a sala regular. A pesquisa reconhece que, durante um grande período histórico, a escola especial filantrópica foi o único suporte para os sujeitos público-alvo da Educação Inclusiva, devido à ausência de políticas públicas, porém é preciso romper com uma visão educacional de segregação voltada exclusivamente para os sujeitos da Educação Especial.

Concordamos com Magalhães quando afirma que “[...] romper essa tradição clínica e classificatória revela-se tarefa árdua na busca de ‘pensar’/‘fazer’ uma escola mais justa e igualitária e faz parte da construção de uma escola menos seletiva” (MAGALHÃES, 2013, p. 36).

Vigotski (1997) também criticava a escola especial e os ambientes de segregação, onde as práticas pedagógicas são centradas nas funções elementares, repetitivas, preestabelecidas pela limitação da deficiência. É preciso criar mecanismos de complementaridade de modo a favorecer a prática pedagógica visando aos processos de aprendizagem que impulsionem o desenvolvimento dos sujeitos.

Professores

Percebemos no conjunto das pesquisas analisadas que os professores que foram sujeitos dos estudos possuem especialização adequada em nível superior para atuar no atendimento especializado, bem como, os professores do ensino regular apresentam qualificação para atuar nas classes comuns.

Além do perfil docente, as pesquisas mostram como esses professores podem atuar de modo a equalizar a qualidade educacional. No processo ensino e aprendizagem do público-alvo da educação especial em sala de aula, Pilon (2013) ressalta a contribuição da bidocência ou do trabalho colaborativo para o processo de inclusão. Já Borges (2014) chama a atenção para a experiência do ensino multiníveis como forma de mediação do processo ensino e aprendizagem, onde o professor divide a turma de acordo com níveis de trabalho, incluindo todos os alunos para alcançar seus objetivos. Esses estudos evidenciam, ainda, o planejamento sistematizado atrelado à sala regular e ações colaborativas de todos os envolvidos no processo de inclusão. Em relação ao Atendimento Educacional Especializado, alguns estudos indicam que a ação mediada e intencional deve ser planejada de acordo com as especificidades de cada sujeito público-alvo da Educação Especial complementando/suplementando o trabalho realizado em sala de aula.

Percebemos também que, em relação à formação, a questão da tecnologia é um fator que causa tensão e desconforto profissional. Zuqui (2013) e Caldas (2015) relatam a insegurança dos professores para atuarem com os equipamentos e softwares na sala de recursos e concordam sobre a importância da formação continuada para os professores que atuam na sala de recursos.

Todas as pesquisas trazem em comum a importância da formação de professores, seja ela inicial ou continuada, para lidar com as questões emergentes e os desafios da inclusão. A formação como ponto nodal para a mudança das práticas pedagógicas é um aspecto ressaltado por vários pesquisadores, tais como Batista (2013); Jesus, Barreto e Gonçalves (2011); Magalhães (2013); Jesus, Vieira e Pantaleão (2013), que apontam a formação de professores, quer seja ela inicial ou continuada, como uma das possibilidades de mudanças da prática pedagógica que atua numa perspectiva inclusiva.

Abordagem teórica e metodológica

Para a realização das investigações, os pesquisadores utilizaram diferentes referenciais, entre eles a Abordagem Histórico-Cultural na perspectiva de Lev Semenovitch Vigotski e seus colaboradores, além de Boaventura de Sousa Santos;

Philippe Meirieu e Mikhail Bakhtin.

Em seu estudo, Conde (2015, p. 24) pontua que “[...] o princípio orientador é a dimensão sócio-histórica do psiquismo humano. [...] tudo que é especificamente humano, que distingue o homem de outras espécies, origina-se de sua vida em sociedade”. O homem atua sobre o meio através de suas relações sociais, transformando a realidade a sua volta.

Baseada nos princípios de Vigotski, a autora faz um alerta para a função social da escola para além da socialização da criança público-alvo da educação especial, pois elas são atores sociais que interagem com o meio em que vivem e apresentam direitos e infinitas possibilidades de compartilhar, negociar e criar culturas com os seus pares e com os adultos (CONDE, 2015).

Zuqui (2013) e Pilon (2013) dialogam com Boaventura Santos, apontando, conforme o autor, a exclusão como um fenômeno social e cultural, ou seja, aqueles que não se enquadram no padrão desejável precisam ser descartados, ser excluídos ou desaparecer. Para a desigualdade e a exclusão vivida pelo público-alvo da educação especial, Santos (1999) propõe, como caminho alternativo, a igualdade e a inclusão, ou seja, uma educação para todos com acesso ao conhecimento social e cultural, dando visibilidade e respeito à diferença humana.

As ideias de Santos nos ajudam a focalizar as experiências geradas a partir das práticas nos espaços-tempos das escolas, tanto nas salas de aulas comuns, quanto das SRMs, construídas e reconstruídas cotidianamente através do trabalho dos professores comuns e especializados, que, embora com as dificuldades existentes e em muitos casos sem o apoio necessário, conseguem criar estratégias diversas que promovam o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência. [...] dar visibilidade às experiências e práticas, muitas vezes consideradas inapropriadas, originadas nos cotidianos escolares e vivenciadas com/pelos alunos com necessidades especiais, que por serem consideradas locais são percebidas como sem valor (ZUQUI, 2013, p. 71).

A pesquisa de Pilon (2013) dialoga com Philippe Meirieu sobre as tensões vividas pela escola na superação dos conflitos de uma prática pedagógica inclusiva:

Uma das tensões elucidadas por Meirieu (2005) é que a escola comum precisa credibilizar o outro como produtor de conhecimento. Dessa maneira, o autor aponta-nos necessidade de investir e apostar nos conhecimentos dos diferentes atores que se inserem nos cotidianos escolares. Para tanto, acredita na educabilidade de todos. Sendo assim, os alunos, bem como os profissionais da escola, são sujeitos nutridos de processos históricos, culturais e sociais diferenciados. Esses diferentes saberes precisam ser visibilizados (PILON, 2013, p. 40).

Acreditamos que a relação social existente entre os sujeitos da escola, produtores de conhecimentos, permite, por meio da mediação, a construção de novos processos

históricos culturais, dando visibilidade ao público-alvo da educação especial como atores do seu processo ensino e aprendizagem.

Os estudos de Vigotski apontam que todos os sujeitos apresentam possibilidades efetivas de aprendizado, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, mentais ou afetivas, propondo um novo olhar para o sujeito público-alvo da educação especial acreditando no seu potencial, reconhecendo suas especificidades e valorizando o processo de mediação.

Caldas (2015) registrou que o processo de mediação cria possibilidades e que segundo a teoria vigotskiana deve ser compreendido como um processo cultural pela via da aprendizagem, relatando o potencial das tecnologias como instrumentos mediadores para atuarem na zona de desenvolvimento proximal do aluno.

Cotonhoto (2014) pontua que, além de Vigotski, Bakhtin auxilia na compreensão da escola e da educação como produção histórica e social. A autora faz referência aos estudos de Bakhtin, refletindo sobre a escola como o espaço-tempo em que a consciência humana é desenvolvida, consciência essa que possui uma relação com a ideologia. A autora ressalta que, para Bakhtin, a consciência tem dimensão coletiva e sua construção está relacionada com a posição social ocupada pelo sujeito na sociedade, na escola, na família ou em outros grupos sociais. A escola se constitui em um espaço de troca entre os diferentes sujeitos, envolve relações dialógicas principalmente entre professor e alunos que ocupam posições diferenciadas. Nesse contexto, a aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial é um processo interativo que se estabelece nas relações sociais.

Nessa direção, em sua pesquisa, Zuqui (2013) apontou para a importância da sala de aula comum como o espaço de aprendizagem para os alunos com deficiência e evidenciou “[...] a ação colaborativa entre o professor especializado e o professor da sala de aula comum como uma parceria fundamental para o sucesso do ensino aprendizagem do aluno com deficiência” (ZUQUI, 2013, p. 196).

Concordamos com Mesquita (2015) quando diz que

As contribuições de Vigotski e Bakhtin nos fazem refletir sobre como rever as nossas práticas pedagógicas no sentido de diversificar o trabalho com as diversas linguagens acessíveis a todas as crianças com necessidades educacionais especiais causadas por deficiência e propor uma concepção de que aprendizagem pode promover desenvolvimento, ou seja, descobrir de que modo os impedimentos orgânicos podem servir como mola propulsora para a superação dessas limitações (MESQUITA, 2015, p. 18)

Assim, constatamos diferentes abordagens que nos auxiliam a caminhar rumo a uma reflexão teórica consistente sobre a prática educativa orientada para alunos público-alvo da educação especial.

Considerações finais

A pesquisa buscou compreender a política nacional de Atendimento Educacional Especializado pela via de estudos desenvolvidos sobre essa temática. Mapeou teses e dissertações desenvolvidas no PPGE/ UFES, a fim de conhecer como se constitui o Atendimento Educacional Especializado para alunos público-alvo da educação especial desenvolvido nas escolas regulares.

A análise do conjunto de categorias selecionadas revela que o Atendimento Educacional Especializado deve considerar o aluno como um sujeito sociocultural, que não pode ser visto isoladamente, um ser único, com suas diferenças e especificidades. À medida que compreendemos que o ato de educar não possibilita o isolamento de recursos, instrumentos, conteúdos, estratégias e sujeito, entendemos que o Atendimento Educacional Especializado existe em função do currículo da escola, e suas práticas devem estar pautadas no que é proposto em sala de aula e no projeto político pedagógico, com foco nas potencialidades do sujeito e não na deficiência.

A sala de recursos multifuncionais não se constitui como um espaço distante e desarticulado da sala de aula comum, ela precisa estar articulada ao Projeto Político Pedagógico, contribuindo para a promoção da inclusão no espaço escolar, à medida que cumpre o papel de suplementação/complementação do trabalho realizado em sala de aula, potencializando a autonomia dos alunos e eliminando barreiras para sua participação plena na escola ou fora dela.

Constatamos que o Atendimento Educacional Especializado deve ser organizado a partir de uma ação mediada e intencional planejada de acordo com as especificidades de cada sujeito público-alvo da Educação Especial. Implica o planejamento sistematizado, atrelado à sala regular e ações colaborativas de todos os envolvidos no processo de inclusão. As práticas colaborativas das ações inclusivas em sala regular, destacadas nas pesquisas, apresentam pistas interessantes para o processo de inclusão escolar, na medida em que apontam iniciativas para a participação do sujeito público-alvo da educação especial de forma mais efetiva.

Apesar da ampliação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, ainda precisamos avançar muito na apropriação do conhecimento para os alunos com deficiência, pois os processos de ensino e aprendizagem são complexos e os sujeitos envolvidos nestes processos não podem ser passivos e sim autores ativos na busca dos conhecimentos. Finalmente, a articulação entre a teoria e a prática é um

exercício constante na busca da promoção do saber.

A nossa intenção com essa pesquisa foi conhecer e compreender o Atendimento Educacional Especializado que se constitui nas escolas regulares, pela via das produções acadêmicas sobre o tema. Com este estudo, buscamos contribuir para a ressignificação dos profissionais da escola acerca dos sujeitos público-alvo da educação especial, acolhendo as diferenças, respeitando a diversidade e promovendo espaços inclusivos, onde todos tenham acesso ao conhecimento.

Referências

AGUIAR, Ana Marta Bianchi; SOUZA, Marta Alves da Cruz. Avaliação e Atendimento Educacional Especializado; Tensões, Possibilidades e Desafios. In: JESUS, Denise Meyrelles; VICTOR, Sônia Lopes; GONÇALVES, Agda Felipe Silva (Orgs.). **Formação, Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar no Observatório Estadual de Educação Especial**. São Carlos, SP: Marquezine & Manzini; ABPEE, 2015. p. 127-147.

BORGES, Carline Santos. **Atendimento educacional especializado e os processos de conhecimento na escola comum**. 2014, 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BRASIL. [Decreto Nº 6.571/2008](#) - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm. Acesso em: 08 jan. 2016.

_____. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 08 jan. 2016.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Tornar-se: Trajetórias de alunos e formação de professores. In: VICTOR, Sonia Lopes; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson (Org.). **Educação Especial no cenário educacional brasileiro**. São Carlos, SP: Pedro e João, 2013.

CALDAS, Wagner Kirmse. **Tecnologia Assistiva e computacional: Contribuições para o Atendimento Educacional Especializado e desafios na formação de professores**. 2015, 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação,

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CONDE, Patricia Santos. [Práticas Pedagógicas Desenvolvidas no Atendimento Educacional à Criança Público-alvo da Educação Especial em uma Instituição de Educação Infantil no Município de Cariacica](#). 2015, 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

COTONHOTO, Larissy Alves. **Currículo e atendimento educacional especializado na educação infantil: possibilidades e desafios à inclusão escolar**. 2014, 264 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CRUZ, Carly. **Serão altas habilidades/ superdotação**. 2014, 166 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

DRAGO, Rogério. Sujeitos da Educação especial. Práticas Pedagógicas, Inclusão e Linguagem nos anos iniciais do ensino fundamental. In: LOPES, Sonia; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson (Orgs.). **Educação especial no cenário educacional brasileiro**. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013. p. 63-82.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **A produção do conhecimento em educação: teorias e métodos, 25 anos de espetáculo (1987-2012)**. In: SEMINÁRIO DE EPISTEMOLOGIA E TEORIAS DA EDUCAÇÃO, IV, 2012, Campinas. Anais. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. Dezembro de 2012. Faculdade de Educação/PAIDEIA/Unicamp.

JESUS, Denise; BARRETO, Maria Aparecida; GONÇALVES, Agda. A formação do professor olhada no/pelo GT-15 – Ed. Especial da Anped: desvelando pistas. **Revista Brasileira de Educação Especial: formação em foco**, vol. 1. Porto Alegre: Mediação, p. 65-73.

_____. VIEIRA, Alexsandro Braga; PANTALEÃO, Edson. Formação continuada de gestores públicos de educação especial: uma proposta em constituição. In: LOPES, Sonia; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson. (Orgs.) **Educação especial no cenário educacional brasileiro**. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013, p. 83-100.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa de Paiva. Formação de Professores. O professor de educação especial: elementos para problematizar e discutir sua formação. In: LOPES, Sonia; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson (Orgs.) **Educação especial no cenário educacional brasileiro**. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013, p. 31-43.

MENDES, E. G.; CIA, F., TANNÚS-VALADÃO, G. **Inclusão Escolar em Foco:**

Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado. São Carlos, 2015.

MESQUITA, Guida. **O Processo de Alfabetização de uma criança com deficiência intelectual no 1º ano Ensino Fundamental.** 2015, 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NASCIMENTO, Alice Pilon. **Dialogando com as salas de aula comuns e o atendimento educacional especializado:** possibilidades, movimentos e tensões. 2013, 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

PANTALEÃO, Edson; SOBRINHO, Reginaldo Célio. Pesquisa em Educação Especial. A educação especial como foco de pesquisa em educação no Espírito Santo: abordagens e tendências. In: LOPES, Sonia; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson (Orgs.). **Educação especial no cenário educacional brasileiro.** São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013. p. 201-220.

PASOLINI, Marcela Simonetti. [Análise do Atendimento da Educação Especial no município de Colatina/ES: construindo um olhar na perspectiva inclusiva.](#) 2008, 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

PEREIRA, Izaionara Cosmea Jadjesky. **Centro de atendimento educacional especializado e escola de educação infantil:** o que dizem as crianças desse entrelugar. 2011, 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Políticas de Inclusão e demandas de formação continuada na percepção de educadores de quatro municípios do Rio de Janeiro. In: LOPES, Sonia; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson (Orgs.). **Educação especial no cenário educacional brasileiro.** São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013. p. 127-144.

SOARES, Rosemar Santos. O dilema de ser TGD na organização escolar. In: JESUS, Denise Meyrelles; VICTOR, Sônia Lopes; GONÇALVES, Agda Felipe Silva (Orgs.). **Formação, Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar no Observatório Estadual de Educação Especial.** São Carlos, SP: Marquezine & Manzini; ABPEE, 2015. p. 207-214.

SOUZA, Marta Alves da Cruz; SALLES, Suelen da Silva; CONDE, Patrícia Santos. O Atendimento Educacional Especializado para os alunos da Educação Infantil no

município de Guarapari. In: JESUS, Denise Meyrelles; VICTOR, Sônia Lopes; GONÇALVES, Agda Felipe Silva. (Org.). **Formação, Práticas Pedagógicas e Inclusão Escolar no Observatório Estadual de Educação Especial**. São Carlos, SP: Marquezine & Manzini; ABPEE, 2015. p. 149-160.

VICTOR, Sonia Lopes; BORGES, Daniella Côrtes Pereira; GOMIDE, Marcela Gama da Silva; SOUZA, Marta Alves da Cruz Souza. In: LOPES, Sonia; DRAGO, Rogério; PANTALEÃO, Edson (Orgs.). **Educação especial no cenário educacional brasileiro**. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013. p. 145-170.

VIGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. COLE, Michael (Org.) [et al]. Tradução de José Cipolla Neto. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Psicologia pedagógica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ZUQUI, Franciele Sesana. **As salas de recursos multifuncionais / salas de recursos das escolas da rede municipal de educação do município de São Mateus: itinerários e diversos olhares**. 2013, 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.